



Prêmio Ajufe: Boas Práticas de Gestão

Ficha de inscrição

Dados pessoais do(s) autor(es) da prática:

Nome: Bruna Veríssimo Lima Santos

Cargo: estudante de Direito

Órgão: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Cidade/UF: Rio de Janeiro

Nome: Guilherme da Silva Medeiros

Cargo: Estudante de Direito

Órgão: Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Cidade/UF: Petrópolis/ RJ

Nome: Natália Pereira de Carvalho

Cargo: estudante de Direito

Órgão: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

Nome: Tatiane Lima Ribeiro

Cargo: estudante de Direito

Órgão: Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Cidade/UF: Duque de Caxias/RJ

Síntese da prática

Título: Processo seletivo unificado para seleção de estagiários

Categoria: IV. Sugestões de estudantes universitários - Boas práticas para a Justiça Federal

Descrição:

Inicialmente, cabe destacar que a sugestão a ser elucidada ilustra o ponto de vista do estudante universitário da área de direito, na qualidade de estagiário da Justiça Federal, que conhece o cotidiano do funcionamento e trabalho das Varas e Turmas recursais.



1. Período de atividade da sugestão e os principais objetivos:

O principal objetivo da presente sugestão é a criação de um processo seletivo unificado para a seleção de estagiários no âmbito de cada Seção Judiciária. O processo seletivo deve ser periódico e pode ter como objetivo a formação de cadastro de reserva de estagiário.

É sabido que atualmente a seleção e contratação de estagiários no âmbito da Justiça Federal, tendo como base a Seção Judiciária do Rio de Janeiro, é feita por cada Vara ou Turma Recursal de forma autônoma e não há divulgação de vagas por meios eletrônicos, o que dificulta o amplo acesso dos universitários a essas vagas.

2. Principal inovação da sugestão:

A principal inovação da sugestão é possibilitar uma seleção de estagiários pautada em critérios objetivos e com maior transparência. Atualmente, a seleção é feita de forma autônoma e muitas vezes não há sequer prova de ingresso, de modo que a divulgação de vagas fica restrita a grupos de faculdades e a seleção por vezes se restringe a indicação.

Ademais, pode-se ter um cadastro permanente de estagiário, medida que facilitará o trabalho do setor administrativo da Justiça Federal. A demanda de cada Vara ou Turma Recursal pode se preenchida imediatamente pelo estagiário aprovado e que esteja no cadastro de reserva, medida que trará celeridade à seleção e isonomia.

3. Recursos e instrumentos utilizados:

O recurso a ser utilizado é a preparação e aplicação de uma prova a ser divulgada e aplicada a estudantes universitários que tenham interesse em estagiar na Justiça Federal. O primeiro passo é a divulgação de um edital para possibilitar o conhecimento dos estudantes e, posteriormente, a prova será realizada em data, hora e local a critério de cada Seção Judiciária.

A prova a ser aplicada testará o conhecimento do estagiário em disciplinas jurídicas que tenham relação com as atribuições que realizará na Justiça Federal.

A convocação dos estagiários ocorrerá quando surgirem vagas em Vara ou Turma Recursal e, caso não haja adaptação do estagiário no local poderá haver um espaço reservado no site da Justiça Federal ou na Intranet para formação de banco



de permuta, onde o estudante manifestará interesse em ser alocado em área diferente.

4. Houve parceria como alguma instituição ou entidade:

Não há necessidade de parceria com alguma instituição ou entidade para a realização da presente sugestão, haja vista tratar-se apenas de um processo seletivo. Todavia, é possível realizar parcerias com as universidades para ampliar a divulgação da seleção.

5. Valores gastos para a implantação da sugestão:

Como dito, trata-se apenas de uma sugestão e eventuais valores apresentados seriam estimativos. Importante ressaltar a possibilidade de cobrança de taxa de inscrição aos candidatos para que o custo de realização dessa sugestão seja reduzido.

6. Houve propagação da prática para outra unidade ou setor do judiciário:

A sugestão pode ser propagada por todas as Seções Judiciárias em razão dos enormes benefícios advindos da sua implementação.

7. A sugestão contribuiu para o aperfeiçoamento da justiça;

A sugestão pode trazer isonomia e transparência à admissão de estagiários no âmbito da Justiça Federal, bem como pode trazer celeridade às contratações por meio da formação de cadastro de reserva.

A presente sugestão já é adotada em instituições como o Ministério Público Federal e apresenta resultados positivos.